



PODER EXECUTIVO
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

AMPLA CONCORRÊNCIA

PREÂMBULO

O **Município de Presidente Olegário**, com sede na Praça Dr. Castilho, n.º 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, CEP: 38750-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.602.060/0001-40, torna público, às empresas especializadas, que fará realizar a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, para atendimento do objeto “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS VIAS URBANAS, EM ATENDIMENTO AO OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU nº 845600/2017 – OPERAÇÃO 1038.018-82**” pelo critério de julgamento tipo **MENOR PREÇO GLOBAL – REGIME DE EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL**.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. - O Processo Licitatório terá como Presidente e membros aqueles designados para fazerem parte da Comissão Permanente de Licitação, nomeados pela Portaria n.º 092/2018 e será regido pela Lei Federal 8.666 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Municipal n.º 023 de 19 de novembro de 2010 e Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, bem como cláusulas deste Edital.
2. - Considerando que os itens desta contratação têm seus valores de referência menores que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e de acordo com os artigos 47 e 48, I da LC 123/06, estes terão destinação exclusiva para MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - (MEI). Porém, em consonância com o inciso II, art. 49 da LC 123/06 e com fundamento no princípio da celeridade que visa à simplificação dos procedimentos licitatórios, se não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no Edital e ainda se a proposta não for a mais vantajosa para a Administração Pública, os itens terão destinação à ampla concorrência, situação em que será utilizado o mecanismo do empate ficto, ou seja, serão protocolados os envelopes de todas as empresas que tenham interesse em participar deste certame.
3. - Conforme § 2º do art. 22 da Lei 8666/93, os interessados em participar da presente licitação deverão estar devidamente cadastrados **até o terceiro dia útil anterior** ao recebimento das propostas.
4. - Os envelopes contendo a proposta de preços, os documentos de habilitação de cada licitante deverão ser apresentados em envelopes distintos, indevassáveis e colados, sob pena de desqualificação, e entregues na seção de Protocolo, juntamente com o credenciamento, na Praça Doutor Castilho, 10, Centro, Presidente Olegário MG, até as **14h00min do dia 12 de setembro de 2018**, e serão abertos no mesmo dia às 14h10min, na Divisão de Compras e Licitações na sede deste Município.
5. - Na execução dos serviços, o licitante deverá seguir obrigatoriamente as normas e especificações constantes no Edital e seus anexos, bem como respeitar rigorosamente as recomendações Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e recomendações do CREA/CAU ou outro órgão competente.

II – DO OBJETO

1. - É objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS VIAS URBANAS, EM ATENDIMENTO AO OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU nº 845600/2017 – OPERAÇÃO 1038.018-82**, conforme descrições e especificações dos Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias e Cronogramas apresentados neste instrumento convocatório.



2. O valor máximo para execução das obras é de:

2.1. R\$ 15.113,16 (quinze mil, cento e treze reais e dezesseis centavos) para Implantação de Academia ao Ar Livre no Distrito de Ponte Firme – Praça Dona Luiza Trajano.

III – DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA

1. - A sessão pública de abertura deste certame ocorrerá no dia, horário e local especificados abaixo:

DIA: 12/09/2018

PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as **14h00min**, impreterivelmente.

ABERTURA DOS ENVELOPES: após o credenciamento, às **14h10min**.

LOCAL: Sala de reuniões da Prefeitura, situada na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro, em Presidente Olegário/MG.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital.

2. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3. Não poderão participar deste Pregão:

3.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Processo Licitatório.

3.2. Excepciona-se o disposto acima, quando a sociedade apresentar autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto, por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social ou outro quórum estabelecido no contrato social (art. 70 da Lei Complementar nº 123/06.)

3.3. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);

3.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;

3.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.7. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

4. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

V – DA DISPONIBILIDADE E AQUISIÇÃO DO EDITAL

1. Para consulta e conhecimento, os interessados poderão adquirir o Edital completo do certame e Anexos nos seguintes endereços:

1.1. eletrônico, pelo site: www.po.mg.gov.br/licitacoes;

1.2. junto à Divisão de Compras e Licitações, localizada na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro, em Presidente Olegário-MG. Telefone: (34)3811-1560.



VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A proposta de preços e os documentos de habilitação de cada licitante deverão ser apresentados em envelopes distintos, indevassáveis e colados, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO
“ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO
“ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

2. Os referidos envelopes deverão ser protocolados e entregues **até às 14h00min do dia 12 de setembro de 2018, impreterivelmente**, no Setor de Protocolo da Divisão de Compras e Licitações, na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro.

3. O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO não se responsabilizará por envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação” entregues diferentemente do exigido no item anterior ou envelopes entregues em outro setor/pessoa.

VII – DO CREDENCIAMENTO

1. A presidente, no dia, local e horário, designados para a sessão pública, procederá ao credenciamento dos interessados na licitação.

2. O horário do credenciamento será até as **14h00min**, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados. Após o credenciamento, a Presidente declarará encerrado o mesmo, momento que não mais serão aceitos novos proponentes, iniciando-se, em seguida à abertura da sessão pública.

2.1. No ato do credenciamento/protocolo, o representante deverá portar todas as cópias necessárias, pois o município não dispõe de equipamento para fazer cópias para as licitantes.

3. O credenciamento far-se-á através de:

3.1. Representante Legal:

- a) Estatuto Social, Contrato Social (última alteração) ou outro documento de registro comercial no qual conste os poderes necessários para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, principalmente quanto ao lance verbal e desistência ou manifestação de recurso, juntamente com
- b) Documento oficial de identificação com foto.
- c) **“Declaração Habilitatória”**, conforme **Anexo III**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

3.2. Procurador:

- a) Estatuto ou Registro Comercial ou Contrato Social e última alteração ou documento equivalente devidamente registrado;
- b) Instrumento público ou particular de procuração, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com
- c) Documento oficial de identificação com foto.
- d) *Sendo o credenciamento feito por instrumento particular de procuração (modelo Anexo II), este deverá possuir firma reconhecida.*
- e) **“Declaração Habilitatória”**, conforme **Anexo III**, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

3.3. Se remetido via postal e/ou se o representante legal não for comparecer na sessão pública, deve apresentar, fora dos envelopes :

- a) a documentação expressa nos casos 3.1 ou 3.2 deste título, conforme for o caso;
-



b) caso não tenha interesse em interpor recursos, apresentar o Termo de Renúncia conforme modelo do **Anexo XIV**.

4. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 3.1 e 3.2, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5. Se a empresa licitante tiver interesse em fazer uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, deverá apresentar, no ato do credenciamento, a **Declaração de Condição de Microempresa ou EPP (Anexo V) e/ou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial emitida nos últimos 60 dias**, sob pena de preclusão do direito de reclamar tais benefícios.

VIII – DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. A apresentação da Proposta de Preços na licitação será considerada como evidências de que a licitante examinou completamente o Edital e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve do Município informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso, e considera que o Edital desta licitação lhe permitiu preparar a proposta de preços de maneira completa e totalmente satisfatória;

2. Deverá apresentar Carta de sua proposta impressa (**conforme modelo Anexo I**), em papel timbrado ou carimbado, identificando a empresa, contendo:

- a) Endereço, telefone, CNPJ e assinatura do representante legal;
- b) Local, data, assinatura e carimbo da empresa proponente;
- c) Prazo de validade da proposta não podendo ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos;
- d) O valor mensal da prestação de serviços.

3. Nos preços apresentados (valores propriamente ditos) deverão estar incluídos:

- a) todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a execução do serviço;
- b) salários, encargos sociais diretos e indiretos, trabalhistas, previdenciários;
- c) eventuais despesas em decorrência de responsabilidade civil ou quaisquer danos que possam

advir a si, ao Município de Presidente Olegário e/ou a terceiros;

- d) seguros em geral;
- e) impostos e taxas relativos à posturas municipais, estaduais e federais;
- f) custos financeiros;
- g) administração;
- h) o lucro auferido;
- i) transporte;
- j) alimentação;
- k) hospedagem se necessário; e
- l) demais despesas.

4. Deverá apresentar Planilha de Orçamento atendidas as especificações com os quantitativos e respectivos valores unitários e totais, cujo somatório coincidirá com o valor da Proposta de Preço;

4.1. Deverá apresentar planilha detalhada do BDI adotado.

5. Apresentar planilha de serviços e cronograma físico-financeiro conforme modelo.

6. Em caso de apresentar divergências entre os preços unitários e totais dos serviços prevalecerão os preços unitários, para efeito de julgamento da licitação e pagamento dos serviços e obras.

7. As propostas apresentadas serão de total e exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja em relação ao preço, pagamento, prazo ou condição que importe a modificação dos seus termos.

IX – DA HABILITAÇÃO

1. PARA OS LICITANTES DEVIDAMENTE CADASTRADOS NESTE MUNICÍPIO:

1.1. Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem quaisquer dos documentos listados ou apresentarem com data de validade expirada ou, ainda, quando não puderem ser sanadas as dúvidas quanto à veracidade dos dados;

a) **Certidão de Registro Cadastral (CRC)** emitido pelo Município de Presidente Olegário/MG, **sendo que o ramo de atividade deverá ser compatível ao objeto deste Edital.**

b) **Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) ou Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;

c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal;



- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**;
- e) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** da sede da empresa licitante;
- f) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede da empresa licitante;
- g) **Certidão de Registro Quitação Pessoa Jurídica**, com os profissionais responsáveis técnicos do quadro da empresa junto ao CREA ou órgão competente, válida na data da abertura da Licitação;
- h) **Certidão de Registro Quitação Pessoa Física** junto ao CREA ou órgão competente, válida na data da abertura da Licitação; **Obs.: Caso o licitante interessado apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica que comprove também a quitação de Registro de Pessoa Física, não será necessária a apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Física.**
- i) **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial** expedida cartório pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 60 (sessenta) dias antes da entrega das propostas;
- j) **Comprovação de aptidão do profissional da empresa licitante para execução de obra compatível em características**, quantidades e prazos com o objeto licitado, através da apresentação de atestado compatível com o objeto licitado, expedido por empresa Pública ou Privada e devidamente registrados na entidade profissional competente, na forma do § 1º do art. 30 da Lei n.º 8.666/93.
- k) **Declaração de vínculo empregatício (Anexo VIII).**
- l) **Declaração de Informação do CNAE (Anexo IX).**
- m) **Atestado de visita técnica ao local da obra**, emitido pelo responsável da Secretaria de Obras e Serviços Públicos deste Município que poderá ser substituído por **DECLARAÇÃO** de que possui plenas condições para executar o serviço sem que tenha realizado a visita (**Declaração de conhecimento do local - Anexo VII**).
- n) **Declaração** assinada pelo representante legal da empresa, firmada, sob as penas da lei, de que:
- 1.2.1. a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
 - 1.2.2. para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos;
 - 1.2.3. assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
 - 1.2.4. de disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação na forma prevista na Seção VIII, Item 8 deste edital.
 - 1.2.5. A declaração deverá ser apresentada conforme modelo constante do **Anexo II (Declaração de Idoneidade)** deste ato convocatório.

2. - PARA OS LICITANTES AINDA NÃO CADASTRADOS NESTE MUNICÍPIO DEVERÃO APRESENTAR OS DOCUMENTOS (EM VIGOR), ABAIXO RELACIONADOS, NA DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PARA EMISSÃO DE CRC, COM ANTECEDÊNCIA DE NO MÍNIMO 03 (TRÊS) DIAS DA ABERTURA DA LICITAÇÃO.

2.1. A documentação poderá ser encaminhada via correio, por meio de representante legal ou ainda através do envio de e-mail. Neste último caso, desde que o representante se apresente com no mínimo 1(uma) hora de antecedência do horário da licitação, portando os documentos originais ou cópias autenticadas em cartório para conferência e autenticação.

2.1.1. Para evitar transtornos, é obrigatória a confirmação por parte da empresa de que os documentos enviados por e-mail foram recebidos e o CRC devidamente efetuado, através dos telefones: 34 3811 1231/1560 ou e-mail: compras@po.mg.gov.br.

a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente.

b) **Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e a última alteração em vigor** (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrados e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembléia que aprovou o Estatuto, e cópia da Certidão de Arquivamento na repartição competente.



- c) **Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis**, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
 - d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - e) **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral** emitido pela Receita Federal do Brasil;
 - f) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal;
 - g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**;
 - h) **Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) ou Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;
 - i) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** da sede da empresa licitante
 - j) Prova de regularidade com a **Municipal** da sede da empresa licitante;
 - k) **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial**, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos últimos 60 (sessenta) dias antes da entrega das propostas;
 - l) **Comprovação de aptidão do profissional da empresa licitante** para execução de obra compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, através da apresentação de atestado compatível com o objeto licitado, expedido por empresa Pública ou Privada e devidamente registrados no CREA, na forma do § 1º do art. 30 da Lei n.º 8.666/93.
 - m) **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social**. O Balanço e as Demonstrações deverão ser apresentados por cópias reprográficas das páginas do Livro Diário, onde se encontram transcritos, acompanhados de cópias reprográficas de seu Termo de abertura e encerramento, comprobatório do registro na Junta Comercial. Poderá também ser apresentada cópia reprográfica de publicação em Diário Oficial ou em jornal.
 - n) Para as empresas criadas no ano corrente, deverá ser apresentado o termo de abertura, o balanço patrimonial provisório e demonstrações contábeis provisórias do mês anterior à data do recebimento das propostas.
 - o) Para as empresas optantes pelo Simples Nacional o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (DIRPJ).
3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por Cartório competente ou na Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, por funcionário autorizado, ou ainda publicação em Órgão da Imprensa Oficial.
4. Os licitantes participantes, que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, poderão ser inabilitados, não se admitindo complementação posterior à sessão de abertura do certame.
5. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
6. Os documentos apresentados para fins de habilitação que não contiverem prazo de validade serão considerados como válidos por **90 (noventa) dias**.
7. Os documentos emitidos pela Internet serão aceitos, estando sujeitos à verificação de sua autenticidade na hora da abertura – Habilitação.

X – DA ABERTURA DOS ENVELOPES, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO.

1. No dia e horário estabelecidos, na presença dos representantes das concorrentes (apenas um por licitante) e dos membros da comissão, proceder-se-á a abertura dos Envelopes nº. 01 – Documentação.
2. Depois de abertos, todos os documentos serão analisados e rubricados pelos presentes observando-se o seguinte:
- 2.1. Será considerado **inabilitado** o participante que não apresentar os documentos exigidos no presente Edital ou cujos documentos estejam com prazos de validade expirados.
 - 2.2. **Não será causa de inabilitação** as simples omissões ou irregularidades irrelevantes sanáveis, que não causarem prejuízos à Administração Pública e/ou aos licitantes, estas poderão ser relevadas pela Comissão.



3. A inabilitação significa a desclassificação da proposta e, caso a licitante seja inabilitada, o envelope nº. 02 poderá ser devolvido após 30 dias contados do encerramento da licitação e, caso não retirado, será destruído;
4. Após analisar a documentação, a Comissão Permanente de Licitação proclamará as proponentes habilitadas e inabilitadas.
5. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar esclarecimentos complementares na forma preconizada no parágrafo 3º do art. 43 da Lei n. 8.666/93 ou fazer consultas, via INTERNET, no cadastro de fornecedor para garantir o perfeito entendimento dos documentos apresentados.
6. Após a fase de habilitação, **não cabe desistência de proposta**, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
7. A Comissão, ao proceder ao exame das propostas, de imediato, eliminará aquelas que:
 - 7.1. Tenham inobservado a legislação e termos do presente Edital;
 - 7.2. Apresentem rasuras, entrelinhas, emendas ou ainda linguagem que dificulte a exata compreensão de seu enunciado;
 - 7.3. Não atendam às condições estipuladas nos arts. 44 e 45, da Lei Federal n.º 8.666/93;
 - 7.4. Tenham os preços considerados inexequíveis de acordo com o art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal n.º 9.648, de 27/05/98;
8. A classificação obedecerá ao princípio do **MENOR PREÇO GLOBAL, REGIME DE EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL**, nos termos do inciso I, § 1º do art. 45, da Lei Federal n.º 8.666/93.
9. Para a correta observância das disposições do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93, a Comissão, com espeque no § 3º, do art. 43, da mesma Lei, poderá determinar diligência para apuração(ões) do(s) preço(s) proposto(s) pela(s) licitante(s);
10. Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada* preferência de contratação, situação denominada por “Empate Ficto”.
 - 10.1 Para efeito do subitem anterior, ocorrendo o “empate ficto”, será adotado o seguinte procedimento:
 - a) a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
 - b) não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I do art. 45 da LC n.º 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, devendo apresentar suas propostas no prazo de 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento da notificação.
 - c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da LC n.º 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - d) a empresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada pela Comissão, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de preclusão;
 - e) na hipótese de não-contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
11. Nas licitações será assegurado, **como critério de desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Art. 44 da Lei 123/2006)
 - 11.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
12. No caso de empate entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
13. Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) Contiverem quaisquer limitações, reservas ou condições em desacordo com o presente Edital;
 - b) Contiverem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital;
 - c) Apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais proponentes.
14. Na sessão pública, os representantes credenciados pelas Licitantes serão convidados a rubricar os documentos recebidos, bem como a assinar as atas da sessão.



XI – DA VISITA TÉCNICA

1. A visita técnica “in loco” deverá ser efetuada impreterivelmente em **até 1 (um) dia útil** anterior à data de abertura dos envelopes da presente Tomada de Preços, sendo previamente agendada.
2. Os Licitantes interessados deverão agendar a visita técnica com um dos responsáveis do setor da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos na sede da Prefeitura Municipal no endereço: Praça Dr. Castilho, 10 Centro - nesta cidade ou pelo telefone (34) 3811-0123 (Weslei de Souza Oliveira).
3. O Atestado de Visita de que tomou conhecimento de todas as informações e local onde serão executados os serviços objeto desta licitação e será fornecido pelo responsável do Setor de Obras.

XII – DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

1. O Prazo de execução do contrato será:
 - ✓ **04 (quatro) meses** para a empresa executar a obra de **Recapeamento Asfáltico de diversas vias urbanas, em atendimento ao objeto do Contrato de Repasse OGU nº 845600/2017 – Operação 1038.018-82** e entregá-la devidamente acabada dentro das Normas e Especificações Técnicas, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária de Custos e Cronograma Físico-Financeiro inclusos neste Edital, podendo ser prorrogado tal prazo, através de Aditivo Contratual, caso ocorra motivo plenamente justificado e aceito pelo Município de Presidente Olegário-MG, mantidos os preços e demais condições previamente estabelecidas, e será solicitado 10 (dez) dias antes do término da vigência do contrato.
 - ✓ A obra deverá ser entregue limpa de qualquer entulho da construção.
 - ✓ A execução deverá iniciar-se imediatamente após emissão da ordem de serviço.
2. Antes do início da execução do serviço deverá ser entregue à fiscalização, cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela execução das obras, devidamente quitada e aguardar ORDENS DE SERVIÇOS emitidas pelo responsável da Secretaria de Obras e Serviços Públicos para início das obras.
3. A contratada deverá encaminhar requerimento ao responsável da Secretaria de Obras e Serviços Públicos solicitando as medições para pagamento dos serviços.
4. Os atrasos na execução da obra, tanto quanto aos prazos parciais, quanto aos prazos de início e conclusão, somente justificar-se-ão quando decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro e no Código de Defesa do Consumidor.

XIII – DO RECEBIMENTO DOS TRABALHOS

1. Concluídas as obras objeto da **Ordem de Serviço**, a Secretaria de Obras, após inspeção, emitirá o Termo de Recebimento Provisório, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, nos termos do art. 73, I, alínea “a” da lei nº. 8.666/93.
2. É requisito para a emissão do Termo de Recebimento Provisório, a apresentação de Certidão de regularidade para com a **Fazenda Federal. (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União)**.
3. Reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais, a Administração emitirá em até 90 (noventa) dias após a execução do Contrato, o Termo de Recebimento Definitivo das Obras, nos termos do art. 73, I, alínea “b” da lei nº. 8.666/93.
4. O prazo para a emissão do recebimento definitivo não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, conforme estabelecido no § 3º do artigo 73, observada a hipótese prevista no parágrafo 4º do mesmo artigo.
5. **O Recebimento Definitivo não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de defeitos das obras verificados posteriormente.**
6. A Licitante Vencedora é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no local ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de matérias empregado, nos termos do art. 69 da lei nº. 8.666/93.
7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço se realizado em desacordo com o contrato, podendo, entretanto, recebê-lo com o abatimento de preço que couber desde que lhe convenha.

XIV – DA SUBCONTRATAÇÃO

1. Poderá a CONTRATANTE exigir, nos termos do art. 48, inciso II, da Lei Complementar 123/2006, a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, observadas todas as exigências previstas neste edital, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá



transmitir à(s) subcontratada(s) todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar sua execução.

2. Na execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá exigir a subcontratação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da obra, de microempresa e empresa de pequeno porte.

3. A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação, pela CONTRATANTE, das exigências constantes do contrato, do edital da Tomada de Preços e de seus anexos, em relação à documentação exigida dos subcontratados. A CONTRATANTE analisará, caso a caso, as empresas e profissionais indicados pela CONTRATADA para executar serviços mediante subcontratação e manifestar-se-á, por escrito, quanto à possibilidade de aprovação de tais subcontratações. Eventuais recusas serão devidamente justificadas pela CONTRATANTE.

4. Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo, ou de forma incorreta, da documentação dos subcontratados pela CONTRATADA, que acarretem prejuízos ao prazo de conclusão de serviços, será de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a penalidade aplicável, nos termos do contrato.

5. Antes do início dos trabalhos pela subcontratada, deverão ser apresentadas, se for o caso, as ART's e/ou RRTs referentes aos serviços que ela executará.

6. Durante o período da subcontratação, a(s) subcontratada(s) deverá(ão) manter vigentes as condições iniciais de regularidade técnica, fiscal e jurídica.

7. A substituição pela CONTRATADA do(s) eventual(ais) subcontratado(s), já anteriormente aprovado(s) e autorizado(s), dependerá da prévia anuência escrita da CONTRATANTE, devendo o(s) substituto(s) apresentar(em) as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas no Edital de Tomada de Preços e seus anexos.

8. A CONTRATADA deverá incluir, em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

9. As empresas e os profissionais indicados para execução dos serviços subcontratados, nos termos desta cláusula, serão, conforme o caso, os responsáveis técnicos pelos serviços, devendo providenciar, antes do início da execução, o recolhimento de ART e/ou RRT (referente ao contrato firmado entre CONTRATADA e subcontratada e em nome do profissional responsável pela execução) perante o CREA e/ou CAU e apresentar cópias autenticadas (ou originais) à CONTRATADA, que as repassará à CONTRATANTE.

10. O responsável técnico da empresa subcontratada deverá acompanhar efetivamente a execução do serviço, sendo exigido pela CONTRATANTE que o referido profissional acompanhe a execução do objeto subcontratado, sob pena de suspensão da execução dos serviços pela fiscalização da CONTRATANTE.

11. Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os projetos ou as especificações, serão impugnados pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA e à empresa subcontratada todo o ônus decorrente de sua reexecução.

12. Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso da obra, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

13. Nos termos do Art. 48, § 2º da Lei Complementar 123/2006, os empenhos e pagamentos da CONTRATANTE poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

XV – DO REAJUSTE

1. O valor contratado será irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura do contrato.

2. Após transcorrido o interstício mínimo de 12 (doze) meses, será utilizado, para reajuste contratual, o menor Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

XVI – DAS NORMAS AMBIENTAIS

1. A contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, por ação ou omissão, decorrentes da execução do contrato, nos termos da legislação ambiental.

2. A Contratada responderá pelos crimes ambientais que praticar, incumbindo-lhe o pagamento das multas decorrentes das infrações à legislação ambiental.



3. A Contratada deverá observar os procedimentos estabelecidos na legislação em vigor, bem como as condicionantes estabelecidas pelo COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental.
4. A CONTRATADA ficará responsável pelo licenciamento ambiental referente à montagem de acampamentos e outras instalações industriais do canteiro de obras, junto aos órgãos competentes.
5. A CONTRATADA ficará, direta e pessoalmente, responsável por quaisquer imposições, multas ou penalidades que decorram de autuações elaboradas pelas autoridades competentes, em face de irregularidades advindas do descumprimento das determinações estabelecidas nos instrumentos de licenciamento ambiental, mesmo que o autuado principal seja o Município de Presidente Olegário, que, inclusive, poderá valer-se do direito de regresso.

XVII – DA FISCALIZAÇÃO

1. A Contratação para execução da obra será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo representante da CONTRATANTE.
2. A Fiscalização é exercida no interesse da Administração, não inclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte a execução dos serviços, se em desacordo com o contratado.
4. Quaisquer exigências, modificações ou adequações da Fiscalização por parte da CONTRATANTE ou normas estabelecidas no convênio, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

XVIII – DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES

1. Das decisões relacionadas com esta Licitação caberá recurso, sob protocolo conforme o Artigo 109 da Lei n.º 8.666/93.
2. Os recursos serão dirigidos à autoridade superior à que praticou o ato recorrido, que terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis para se pronunciar.
3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
4. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos desta Instituição e comunicado a todos os licitantes por correio eletrônico ou telefone.
5. Até 05 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão, junto ao Setor de Compras e Licitações por petição escrita.
6. Caberá à Administração julgar e responder à impugnação no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**.
7. Acolhida à impugnação contra o Edital de licitação, será designada nova data para realização do certame.
8. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
9. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
10. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.
11. Serão aceitos recursos via correio eletrônico (e-mail) desde que, após o prazo máximo de 03 dias, seja feita a sua apresentação original e devidamente protocolizado, juntamente acompanhado de procuração caso representante ou de cópia do contrato social caso seja sócio, no Setor de Protocolo do Município de Presidente Olegário.

XIX – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. Encerrada a fase de julgamento, o processo será encaminhado ao Prefeito que, concordando com a decisão da Comissão, homologará a licitação, e autorizará a convocação para contratação do adjudicatário.
2. Não concordando, devolverá o expediente à Comissão para reexame, podendo ainda revogar a licitação por razões de interesse público devidamente justificado, sem que caiba, a qualquer dos licitantes, direito de indenização de qualquer espécie.

XX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



1. Em caso de inexecução, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades, garantida prévia defesa:

- a) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato pela recusa em recebê-lo no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93;
- b) advertência escrita pelo descumprimento de cláusulas contratuais;
- c) Multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência na entrega, até o limite de 03 (três) dias úteis, caracterizando inexecução parcial;
- d) Multa compensatória no percentual correspondente a 10%(dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo;
- e) Multa de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso na conclusão das obras e serviços;
- f) Multa de 1,0% (um por cento) por dia de paralisação das obras e serviços sem motivo de força maior devidamente comprovado, ou sem autorização do CONTRATANTE;
- g) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos e, nos casos de reincidência de descumprimento de cláusulas contratuais;
- h) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos e após decorrido o prazo da sanção aplicada; as penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificadas e comprovadas, à juízo da Administração.

XXI – DAS MEDIÇÕES E DO PAGAMENTO

1. A medição será conferida pela Fiscalização do Município e deverá corresponder ao serviço realmente executado, nos termos da ordem de serviço expedida.
2. O pagamento será efetuado em até 15 dias após emissão de Nota Fiscal e em conformidade com o exposto na planilha de medição.
3. **A CONTRATADA deverá fornecer junto à medição, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior dos serviços prestados.**
4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, **obrigando-se** ainda a manter regularmente em dia a sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Presidente Olegário.
5. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.
6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua representação, devidamente regularizados.
7. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente ao responsável pelo recebimento do serviço, que somente liberará a referida nota fiscal para pagamento após atestar a execução do serviço.
8. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.
8. Os pagamentos serão efetuados após a emissão da Nota Fiscal, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de execução dos serviços.
 - 8.1. **Somente serão efetuados os pagamentos às notas fiscais eletrônicas (NFe), de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, emitidas pela empresa participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ. No caso de licitantes que sejam Micro empreendedor Individual-MEI, de que trata o art. 18-A da LC 123/2006, ficam**



dispensados de apresentar nota fiscal eletrônica (NFe), do acordo com o protocolo ICMS 42/2009.

9. Em cumprimento ao artigo 31 da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei 11.933/2009, e Instrução Normativa RFB n.º 971 de 13/11/2009, a CONTRATANTE deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme previsto no artigo 122 da referida Instrução Normativa, e recolher, em nome da CONTRATADA, por meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do CNPJ ou CEI, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia.

10. Na emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, com o título de RETENÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL, observadas as regras do artigo 126 Instrução Normativa n.º 971 de 13/11/2009.

11. A despesa com a contratação do serviço, estimada em **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, conforme planilhas orçamentárias e correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício de 2018:

671 – 1.24.10 - 02.08.01.15.451.1501.1752.4.4.90.51.00.Obras e Instalações – (R\$ 245.850,00)

671 – 1.00.00 - 02.08.01.15.451.1501.1752.4.4.90.51.00.Obras e Instalações – (R\$ 4.150,00)

12. Caso necessário, poderão ser incluídas novas fichas por meio de apostilamento.

XXII – DO CONTRATO

1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da intimação do comparecimento para a celebração do precitado contrato, para execução de serviços objeto desta licitação.

2. O presente contrato terá vigência de **04 (quatro) meses** contados da data de assinatura do contrato podendo ser prorrogado tal prazo, através de Aditivo Contratual de acordo como art. 57 da Lei 8666/93.

3. A recusa injusta do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias, após a comunicação, sujeitará a empresa à perda do direito a assinar o contrato e às demais sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, podendo ser convidadas a assinar o contrato as demais licitantes remanescentes na ordem de classificação final, em igual prazo, mantendo as mesmas condições propostas pela licitante vencedora.

4. É vedado à empresa Contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para operação financeira.

5. Se ocorrerem acréscimos referentes a serviços não constantes das Especificações Técnicas, para os quais não foram estabelecidos preços unitários, serão ajustados novos preços mediante composição de preços, elaborados pela Contratada e aprovados pelo Município de Presidente Olegário - MG, obedecendo às condições previamente contratadas. No caso referido e nas alterações unilaterais do valor contratual por acréscimos ou supressões de serviços, fica a Contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

XXIII - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderá ocorrer a rescisão do contrato, a ser celebrado em face do resultado da presente licitação, nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93;

2. Configurada a rescisão do contrato, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta se obriga a entregar os serviços inteiramente desembaraçados, não criando obstáculos de qualquer natureza.

3. Havendo rescisão do contrato, o Município pagará à contratada, os trabalhos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, deduzindo do seu valor os débitos apurados a favor do Município.

XXIV – DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1. – O edital encontra-se disponível na internet, no site www.po.mg.gov.br ou, ainda, poderá ser obtida a cópia na sala da Divisão de Compras e Licitações, no horário de 12h às 17h.

2. - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.po.mg.gov.br, bem como as publicações no Diário Oficial de Minas Gerais, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.



3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail compras@po.mg.gov.br, até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.

3.1 - As respostas do(a) Presidente(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail ou disponibilizada no site www.po.mg.gov.br no campo “LICITAÇÕES > EDITAIS”, no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

4 - No link correspondente ao edital serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Presidente(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

5 - Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes, até o 2º dia útil que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico compras@po.mg.gov.br, procuradoria@po.mg.gov.br e assessoriajuridica@po.mg.gov.br ou protocolizadas na Divisão de Compras e Licitações, dirigidas ao(a) Presidente(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor jurídico.

5.1 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

5.1.1 - Os documentos citados no subitem 5.1 poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor público da Divisão de Compras e Licitações ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

5.2 - O Município de Presidente Olegário não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Presidente(a), e que, por isso, sejam intempestivas.

5.3 - Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

5.4 - A decisão do(a) Presidente(a) será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

XXV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra sendo considerado **totalmente aceito** após apresentação da documentação e da proposta de preços, momento que não serão aceitos alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

2. Os proponentes interessados tanto nas “propostas de preços” como dos “documentos de habilitação” poderão, a qualquer tempo, solicitar, junto à Pregoeira, vista dos autos do processo.

3. É facultado ao Presidente ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão.

5. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6. A presente licitação somente poderá ser revogada ou anulada, conforme previsto na legislação pertinente.

7. O Presidente, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8. Ficarão retidos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os envelopes de todas as empresas participantes do certame; expirado esse prazo, os representantes das empresas participantes terão o prazo improrrogável de (quinze) dias para retirada dos envelopes de documentação. Caso não seja observado o prazo aqui previsto, o(s) envelope(s) de documentação será(ão) destruído(s), o que implica em renúncia do direito a possíveis reclamações.

9. Todas as alterações, retificações, comunicados ou quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no Edital, deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Pregoeira e sua equipe, na Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, no endereço Praça Dr. Castilho, nº10, Centro, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de início dos trabalhos licitatórios, as quais serão respondidas, por meio de circular e



disponibilizada no site po.mg.gov.br/licitacoes e também no quadro de avisos como órgão oficial de publicações em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.760/2000, e será de total responsabilidade das licitantes o acompanhamento destas informações, onde os interessados poderão consultar a qualquer momento. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (34) 3811-1560/1231 ou pelo e-mail compras@po.mg.gov.br.

10. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

11. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

- **ANEXO I** – Modelo da Carta Proposta e Planilha de Proposta de Preços
- **ANEXO II** – Declaração de Idoneidade para licitar e contratar;
- **ANEXO III** – Modelo de Credenciamento;
- **ANEXO IV** – Declaração Habilitatória;
- **ANEXO V** – Declaração de Condição de ME ou EPP;
- **ANEXO VI** – Minuta do Contrato;
- **ANEXO VII** – Declaração de conhecimento do local;
- **ANEXO VIII** – Declaração de que não possui parentesco;
- **ANEXO IX** – Declaração de Informação do CNAE.
- **ANEXO X** – Memorial Descritivo;
- **ANEXO XI** – Planilha Orçamentária De Custos;
- **ANEXO XII** – Cronograma Físico-Financeiro;
- **ANEXO XIII** – Projeto
- **ANEXO XIV** – Termo de Renúncia

Presidente Olegário/MG, 23 de agosto de 2018.

Adriana Nair da Silva Sousa
Presidente CPL



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

ANEXO I

MODELO DA CARTA PROPOSTA

Em atenção ao Edital de Tomada de Preços em epígrafe, (*nome da Proponente, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, e-mail, telefone*), por seu representante, vem propor a execução da obra objeto da licitação ao preço abaixo discriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$) – (PROPOSTA)
0001	EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS VIAS URBANAS, EM ATENDIMENTO AO OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU nº 845600/2017 – OPERAÇÃO 1038.018-82.	

Obs.: Deverão ser preenchidas as planilhas orçamentárias de custo em complementação a esta carta proposta.

É obrigatória a apresentação de planilha detalhada de composição do BDI adotado.

Esta proposta e seu preço são válidos pelo prazo de 60 (sessenta dias), contados a partir da abertura da presente Proposta.

As obras e/ou serviços serão executados em obediência às especificações das Normas Técnicas Brasileiras ou outra norma internacional aplicável, assumindo, desde já, total responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.

Declaramos, para todos os efeitos legais, que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2018.

Carimbo de CNPJ da empresa;

(NOME COMPLETO, CPF,
E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA LICITANTE)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____, cidade _____/UF, CEP: _____ - _____ DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
- tem disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação na forma prevista na Seção VIII, Item 8 deste edital.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Local, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO (PROCURAÇÃO)

OUTORGANTE: A _____ (nome da empresa/pessoa física), CNPJ/CPF _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) _____ (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

OUTORGADO: Senhor(es) _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

PODERES: A quem confere poderes para, junto ao Município de Presidente Olegário, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação em epígrafe, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s) ainda, poderes especiais para:

- desistir de recursos e do prazo recursal;
- interpor recursos;
- apresentar lances verbais;
- assinar declarações e outros documentos;
- negociar preços e demais condições;
- confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar Quitação, podendo ainda, substabelecer-se esta para outrem, com ou sem reserva de poderes.

Local, ____ de _____ de 2018.

OUTORGANTE (RECONHECER FIRMA)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

ANEXO IV
DECLARAÇÃO HABILITATÓRIA

A empresa **(RAZÃO SOCIAL)**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o Nº _____.____.____/____-__, para fins de atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520 de 17.07.02, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados no edital e que tem conhecimento de que fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento poderão implicar na desclassificação desta empresa.

Presidente Olegário/MG, ____ de _____ de 2018

Assinatura do Responsável Legal



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, com inscrição no CNPJ sob o nº _____._____/____-____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador do CPF nº _____._____.____-____ e RG _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do mencionado artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, de acordo com o disposto nos arts. 42 a 49 da citada Lei e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06.

(____) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 e nº 147/14, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

_____, _____ de _____ de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL

CONTADOR DA EMPRESA/CRC

Obs.: * Declaração a ser emitida em papel timbrado ou em papel simples com carimbo da empresa, de forma que identifique a proponente.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2018

APROVADO

Declaro que Li e estou ciente de todo Contrato
Amely Maria de Almeida Pinheiro
OAB/MG 128.148
Procuradora Geral

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO e _____. Pelo presente instrumento, o Município de Presidente Olegário, com inscrição no CNPJ. sob o nº. 18.602.060/0001-40, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. João Carlos Nogueira de Castilho, doravante denominado CONTRATANTE e _____, situada na Rua/Av. _____, com inscrição no CNPJ. sob o nº. _____./_____-__ e Inscrição Estadual nº. _____, neste ato, representada por _____, CPF _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, em tudo observando as normas gerais das Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02, com as alterações introduzidas posteriormente, e ainda observando as cláusulas e condições seguintes:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO:

1.1 – Esta contratação se dá de acordo com o Processo Licitatório nº 096/2018, Tomada de Preços nº 004/2018, de 12 de setembro de 2018.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1. O objeto do presente é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS VIAS URBANAS, EM ATENDIMENTO AO OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU nº 845600/2017 – OPERAÇÃO 1038.018-82.**

2.2. Faz parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, o Edital, os Projetos e seus Anexos e a Proposta da Contratada, bem como quaisquer outros documentos constantes do processo licitatório.

2.3. Na execução dos serviços o licitante deverá seguir obrigatoriamente as normas e especificações constantes no Edital e seus anexos, bem como respeitar rigorosamente as recomendações Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

3.1. PREÇO:

O valor dos serviços do objeto deste contrato será de R\$ _____, ____ (_____).

3.2. FORMA DE PAGAMENTO:

3.2.1. A medição será conferida pela Fiscalização do Município, e deverá corresponder ao serviço realmente executado, nos termos da ordem de serviço expedida.

3.2.2. O pagamento será efetuado em até 15 dias após a execução do disposto na planilha de medição.

3.2.3 A CONTRATADA deverá fornecer junto à medição, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior dos serviços prestados.

3.2.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, **obrigando-se** ainda a manter regularmente em dia a sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Presidente Olegário.

3.2.5. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

3.2.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua representação, devidamente regularizados.

3.2.7. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente



ao responsável pelo recebimento do serviço, que somente liberará a referida nota fiscal para pagamento, após atestar a execução do serviço.

3.2.8. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

3.2.9. Os pagamentos serão efetuados após a emissão da Nota Fiscal, cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de execução dos serviços.

3.3. Somente serão efetuados os pagamentos às notas fiscais eletrônicas (NFe), de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, emitidas pela empresa participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ. No caso de licitantes que sejam Micro empreendedor Individual-MEI, de que trata o art. 18-A da LC 123/2006, ficam dispensados de apresentar nota fiscal eletrônica (NFe), do acordo com o protocolo ICMS 42/2009.

3.4. Em cumprimento ao artigo 31 da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei 11.933/2009, e Instrução Normativa RFB n.º 971 de 13/11/2009, a CONTRATANTE deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme previsto no artigo 122 da referida Instrução Normativa, e recolher, em nome da CONTRATADA, por meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do CNPJ ou CEI, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia.

3.5. Na emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, com o título de RETENÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL, observadas as regras do artigo 126 Instrução Normativa n.º 971 de 13/11/2009.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

4.1. Este instrumento de contrato terá vigência de **4 (quatro) meses** a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse das partes e desde que em conformidade com o art. 57 da Lei 8.666/93.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE/ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

5.1. Poderão ser realizadas alterações contratuais, com as devidas justificativas, respeitada a conformidade com o artigo 65 da lei 8.666/93.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - A despesa com a contratação do serviço, estimada em estimada em **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, conforme as planilhas orçamentárias e correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias: conforme planilhas orçamentárias e correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício de 2018:

671 – 1.24.10 - 02.08.01.15.451.1501.1752.4.4.90.51.00. Obras e Instalações – (R\$ 245.850,00)

671 – 1.00.00 - 02.08.01.15.451.1501.1752.4.4.90.51.00. Obras e Instalações – (R\$ 4.150,00)

6.2. Caso necessário, poderão ser incluídas novas fichas por meio de apostilamento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES:

I - DA CONTRATADA:

- a)** Executar as obras em conformidade com os projetos, especificações e demais normas técnicas vigentes.
- b)** Responsabilizar-se pelas providências e serviços preliminares e de acabamento.
- c)** Adotar medidas que disciplinem o trabalho, de forma a não ocasionar transtornos a pedestres, veículos e usuários do local com sinalização, segundo as normas de trânsito e de segurança.
- d)** Cumprir o prazo estabelecido na(s) ordem(ns) de serviço(s) para a realização das obras.
- e)** Assegurar durante a execução da(s) obra(s), a proteção e conservação da(s) mesma, seja com construção de tapumes ou outros dispositivos adequados.



f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela Fiscalização nas obras ou nos materiais e equipamentos empregados.

g) Permitir e facilitar a inspeção das obras pela fiscalização do CONTRATANTE, sem se eximir de sua responsabilidade.

h) Comunicar por escrito ao CONTRATANTE qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão das obras, no todo ou em parte, indicando as medidas para corrigir a situação.

i) Respeitar e fazer respeitar, sob pena da lei, as posturas e legislação municipal relativa à execução de serviços em locais públicos.

j) Manter a frente dos trabalhos engenheiro qualificado, com capacidade e poderes de representação perante a Fiscalização para solucionar problemas referentes ao Contrato.

k) Colocar na(s) obra(s), em bom estado, todo o equipamento necessário à sua perfeita execução.

l) Não ceder o Contrato ou sub-contratar as obras constantes de seu objeto, total ou parcialmente, sem prévia autorização do CONTRATANTE, manifestada após o reconhecimento da ocorrência de motivo justificado e formalizado por termo Aditivo, através do qual se mantenha a integral responsabilidade da CONTRATADA pela execução satisfatória dos serviços correspondentes.

m) Responsabilizar-se exclusivamente por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por qualquer de seus empregados ou prepostos.

n) Responsabilizar-se pelo pagamento regular de todos os tributos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que incidirem sobre a execução do Contrato ou atividades que constituam seu objeto e o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social, pertinentes ao pessoal contratado para a execução das obras avençadas.

o) Manter o Diário de Obras, conforme modelo do CONTRATANTE.

p) Substituir qualquer elemento do quadro pessoal cuja permanência no canteiro de obras seja considerada inconveniente pela fiscalização, devido a motivo relevante, capaz de prejudicar o interesse público.

q) Atender a fiscalização quando esta determinar à CONTRATADA o reforço de equipamentos ou substituição de unidades, caso venha constatar que o mesmo é ineficiente ou impróprio para dar aos serviços o andamento previsto.

r) Fornecer aos operários os benefícios devidos (lanche, vale transporte, uniformes e equipamentos de segurança – EPI que se adéquem devidamente aos tipos de serviço prestado, bem como a substituição imediata desses equipamentos em casos de danos provenientes das atividades).

s) Manter-se durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, considerando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

t) Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares relativas da medicina do trabalho.

u) Providenciar a inscrição da obra de construção civil no Cadastro Específico do INSS (CEI) no prazo de 30 (trinta) dias contados do início de execução da obra, conforme determina o art. 23, § 2º c/c art. 47, inciso X, da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009.

v) Elaborar folha de pagamento mensal com remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, por obra de construção civil, com a correspondente totalização e resumo geral conforme determina o art. 47, inciso III, da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009.

w) Emitir GFIP mensal específica, identificada com a matrícula CEI da obra de construção civil, contendo todos os segurados a ela vinculados, conforme determinam o art. 23, § 2º c/c art. 47, inciso e art. 332 da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009.

§1º. É vedado à Contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para qualquer operação financeira.

§2º É vedado à Contratada terceirizar, no todo ou em parte, os trabalhos contratados, sem a prévia autorização expressa e por escrito do Município de Presidente Olegário.

DA CONTRATANTE:

a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato, através do Departamento de Engenharia;

c) Pagar à Contratada, nos precisos termos dispostos neste instrumento;



d) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitado pela Contratada, pertinentes ao objeto do presente pacto.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

8.1. O Prazo de execução do contrato será:

8.1.1. 04 (quatro) meses para a empresa executar a obra de **Recapeamento asfáltico de diversas vias urbanas, em atendimento ao objeto do Contrato de Repasse OGU nº 845600/2017 – Operação 1038.018-82** e entregá-la devidamente acabada dentro das Normas e Especificações Técnicas, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária de Custos e Cronograma Físico-Financeiro inclusos neste Edital, podendo ser prorrogado tal prazo, através de Aditivo Contratual, caso ocorra motivo plenamente justificado e aceito pelo Município de Presidente Olegário-MG, mantidos os preços e demais condições previamente estabelecidas, e será solicitado 10 (dez) dias antes do término da vigência do contrato.

8.1.2. As obras deverão ser entregues limpas de qualquer entulho da construção,

8.1.3. A execução deverá iniciar-se imediatamente após emissão da ordem de serviço.

§1º O prazo estabelecido nos itens acima poderão ser prorrogados, através de Aditivo Contratual, nos casos previstos pelo § 1º do art. 57, da Lei Federal n.º 8.666/93, desde que o motivo seja plenamente justificado e aceito pelo município de Presidente Olegário-MG, mantidos os preços e demais condições previamente estabelecidos.

§2º Antes do início da execução do serviço deverá ser entregue à fiscalização cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela execução das obras e aguardar ORDENS DE SERVIÇOS emitida pela responsável da Secretaria de Obras e Serviços Públicos para início das obras.

§3º A contratada deverá encaminhar ofício ao responsável pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos solicitando as medições para pagamento dos serviços.

§4º Os atrasos na execução da obra, tanto quanto aos prazos parciais, quanto aos prazos de início e conclusão, somente justificar-se-ão quando decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro e no Código de Defesa do Consumidor.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e da Lei n.º 10.520/2002, a Contratada que:

9.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. fraudar na execução do contrato;

9.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. cometer fraude fiscal;

9.1.6. não mantiver a proposta.

9.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa, nos seguintes percentuais:

9.2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia de atraso na inexecução do contrato;

9.2.2.2. 3,0% (três por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

9.2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, por inexecução total das obrigações contratuais.

9.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;

9.2.4. Impedimento de licitar e contratar;

9.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso V do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.



9.3. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição.

9.4. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato.

9.5. Extensão das penalidades:

9.5.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

- a) retardarem a execução do pregão;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração
- c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:

10.1. Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município se:

10.1.1. A Contratada não cumprir as obrigações contratuais;

10.1.2. Houver razões de interesse do Serviço Público devidamente fundamentado.

10.2. Poderá também ser rescindido bilateralmente, mediante acordo firmado entre as partes.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. Os quantitativos previstos foram estimados e poderão variar, para mais ou para menos poderão variar para mais ou menos, observada a variação legal prevista no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

12.2. Por estarem justas e contratadas, assinam o presente em 3 (três) vias, do mesmo teor e para os efeitos legais, na presença das testemunhas signatárias.

Presidente Olegário/MG, ____ de _____ de 2018.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
João Carlos Nogueira de Castilho
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF.: _____

2- _____
CPF.: _____



PROCESSO LICITATÓRIO 096/2018
TOMADA DE PREÇOS 004/2018

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL

A empresa _____, com inscrição no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador do CPF nº _____ e RG _____, DECLARA, para os devidos fins legais que realizou a visita técnica no local da Obra ou que, mesmo sem ter realizado a visita, possui plenas condições para executar o serviço conforme Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha Orçamentária de Custos apresentados neste instrumento convocatório.

(Local),.....de.....de 2018

Representante Legal



PROCESSO LICITATÓRIO 096/2018
TOMADA DE PREÇOS 004/2018

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI PARENTESCO

Eu, _____, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF nº _____ e RG _____, Órgão Expedidor/UF, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, declaro, para os devidos fins e sob as penas da Lei que a referida empresa **NÃO** possui em seu quadro societário:

- ✓ **SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA;**
- ✓ **EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA**
- ✓ **EMPREGADO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.**

Em atendimento a vedação disposta no Art. 18, inciso XII, da Lei 12.919/2013, sendo de inteira responsabilidade do contratado a fiscalização.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2018.

Representante legal



PROCESSO LICITATÓRIO 096/2018
TOMADA DE PREÇOS 004/2018

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO CNAE.

Eu, _____, Nacionalidade, _____ Estado Civil, _____, profissão, _____, inscrito no CPF nº _____ e RG _____ representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, declaro, para os devidos fins e sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa é _____ - _____.

Local e data:

_____, ____/____/2018.

Representante Legal



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO 096/2018 **TOMADA DE PREÇOS 004/2018**

ANEXO X **MEMORIAL DESCRITIVO**

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE **CALÇADAS** **(Contrato nº:1.038.018-82/2017)**

INTRODUÇÃO

O presente memorial enfoca o Projeto Executivo de: RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SARJERTA, CALÇADAS PARA PEDESTRES E SINALIZAÇÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS, fornecido pelo Setor de Obras e Serviços Públicos da prefeitura municipal de Presidente Olegário, para recapeamento asfáltico das ruas Lázaro Moreira, Prolongamento da Rua Lázaro Moreira, Cerradinho, Lica Godinho e Santa Rita no BAIRRO ALEIXO ARAÚJO e Rua Prefeito João Pinheiro no BAIRRO DONA BENTA, conforme projeto.

Este memorial faz parte integrante do Projeto e tem o objetivo de nortear e complementar os elementos contidos no projeto gráfico e especificações visando assim o perfeito entendimento dos serviços a serem executados projetados.

Qualquer modificação que eventualmente se torne necessária só poderá ser executada após prévia autorização da fiscalização, ou por quem por ela delegada. Tais modificações deverão ser cadastradas e indicadas nos desenhos específicos,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

sendo de responsabilidade da contratada a apresentação de um “As-Built” ao final da execução dos serviços.

Para produtos e materiais das marcas e fabricantes especificados neste MEMORIAL DESCRITIVO, o PROPRIETÁRIO poderá admitir o emprego de por mesma equivalência técnica, desde que ouvida previamente a FISCALIZAÇÃO.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Todos os materiais a ser empregados nas obras serão novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente as condições estipuladas nestas Especificações, salvo disposição expressa e diversa estabelecida nos serviços cujas prescrições prevalecerão.

Obriga-se o construtor a retirar das obras os materiais porventura impugnados pela fiscalização, dentro de 72 horas, a contar da Ordem de Serviço atinente ao assunto, sendo expressamente proibido manter no recinto das obras quaisquer materiais que não satisfaçam a estas Especificações.

ASPECTOS GERAIS

1. GENERALIDADES

1.1. TERMINOLOGIA

Para os estritos efeitos desta especificação técnica, são adotadas as seguintes definições:

- **CONTRATANTE:** órgão que contrata a execução de serviços e obras de construção, complementação, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações.
- **CONTRATADA:** empresa ou profissional contratado para a execução dos serviços e obras de construção, complementação, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

- **FISCALIZAÇÃO:** atividade exercida de forma sistemática pela CONTRATANTE e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

1.2. OBJETIVO

A presente orientação tem por objetivo determinar os materiais a empregar e os serviços a executar, fornecer as diretrizes técnicas e informações pertinentes à elaboração dos serviços a serem executados para a adequação da estrutura existente na obra asfalto no bairro Industrial.

1.3. FASE PRELIMINAR

Estas orientações e o memorial descritivo complementa e faz parte integrante do projeto arquitetônico, projetos complementares de engenharia e planilhas orçamentárias, sendo que no caso de eventual divergência entre informações contidas nos projetos, especificação técnica, memorial descritivo e orçamento, a CONTRATADA deverá obedecer os três primeiros ou a critério dos autores dos projetos e da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA ao apresentar o preço para a execução dos serviços e da obra esclarecerá que não teve dúvidas na interpretação dos detalhes construtivos e das recomendações constantes das presentes especificações, deverá ser feita uma visita in loco para tirar todas dúvidas referente a obra.

1.4. FASE CONTRATUAL

A CONTRATADA será responsável pela observância e cumprimento das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

Cabe a CONTRATADA analisar e endossar todos os dados, diretrizes e equidade dos projetos, memoriais e planilhas, apontando com antecedência os pontos com que eventualmente possa discordar, para que a FISCALIZAÇÃO efetue



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

a análise dos pontos em discordância e emita um parecer indicando a solução que será aplicada.

Assinado o contrato, para que a empresa vencedora da licitação possa iniciar a execução dos serviços é necessário que a seguinte documentação tenha sido providenciada, entre outros documentos que podem ser exigidos em casos específicos:

- ART's dos responsáveis técnicos pela obra, registrado no CREA do estado onde se localiza o empreendimento;
- Alvará de construção, obtido na prefeitura municipal;
- Certificado de matrícula da obra de construção civil, obtido no Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de trinta dias contados do início de suas atividades;
- Ordem de serviço da Administração autorizando o início dos trabalhos.

Constitui principais motivos para a rescisão do contrato, entre outros, previstos na Lei nº 8.666/1993:

- O descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas, contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
- A lentidão do seu cumprimento, levando à comprovação pela FISCALIZAÇÃO da impossibilidade de conclusão da obra, serviço ou fornecimento nos prazos estipulados;
- A paralisação da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa e sem prévia comunicação à FISCALIZAÇÃO;
- O desatendimento das determinações regulares da FISCALIZAÇÃO;
- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, impeditivo da execução do contrato, regularmente comprovado.

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

- Advertência;
- Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

1.5. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A CONTRATADA deverá obedecer todas as recomendações contidas nas Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelos órgãos governamentais e normas da ABNT que tratam da Segurança e Saúde do Trabalho.

A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à FISCALIZAÇÃO, antes do início das atividades, o Programa de Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Construção Civil – PCMAT, em conformidade com as Normas Regulamentadoras, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais bem como PCMSO.

A CONTRATADA deverá fornecer e exigir dos funcionários a utilização de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) previstos nas Normas Regulamentadoras, relativos a atividade exercida e aos riscos e perigos inerentes a mesma. Será obrigatório o uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) pelos operários. Para tanto, a CONSTRUTORA, fará toda a divulgação/orientação, inclusive com placas alusivas à



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

segurança do trabalho, bem como fornecer os equipamentos e os materiais de primeiros socorros.

Em caso de acidente no canteiro da obra, a CONTRATADA deverá:

- Prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
- Paralisar os serviços, local e nas suas circunvizinhas, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o acidente;
- Solicitar imediatamente o comparecimento da FISCALIZAÇÃO ao local da ocorrência, relatando o fato e preenchendo a respectiva CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

Todo o acidente com perda de tempo (todo aquele de que decorre lesão pessoal que impede o acidentado de voltar ao trabalho no mesmo dia, ou no dia imediato à sua ocorrência, no horário regulamentar) será imediatamente comunicado, da maneira mais detalhada possível, à FISCALIZAÇÃO. De igual maneira, deverá ser notificada também a ocorrência de qualquer “acidente sem lesão”, especialmente princípios de incêndio.

Em caso de ocorrência de acidente fatal, é obrigatória a adoção das seguintes medidas:

- Comunicar o acidente fatal, de imediato, à autoridade policial competente, ao órgão regional do Ministério do Trabalho e a FISCALIZAÇÃO.
- Isolar o local diretamente relacionado ao acidente, mantendo suas características até sua liberação pela autoridade policial competente e pelo órgão regional do Ministério do Trabalho.

A liberação do local poderá ser concedida após a investigação pelo órgão regional competente do Ministério do Trabalho.

O CONTRATANTE realizará inspeções nas obras, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde do trabalho.

Serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO todo e qualquer trabalho que não satisfaça as condições contratuais.

As suspensões dos serviços motivadas por condições de insegurança, e conseqüentemente, a não observância das normas, instruções e regulamentos aqui citados, não eximem a CONTRATADA das obrigações e penalidades das cláusulas do (s) contrato (s) referente a prazos e multas.

2. RECEBIMENTO DA OBRA

O Recebimento dos serviços e obras executados pela CONTRATADA será efetivado em duas etapas sucessivas:

- Recebimento Provisório;
- Recebimento Definitivo.

2.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O Recebimento Provisório será efetuado após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da CONTRATADA, mediante vistoria realizada pela FISCALIZAÇÃO.

Após a vistoria, através de comunicação oficial da FISCALIZAÇÃO, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes.

2.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO

Após a conclusão das correções e complementações e solicitação oficial da CONTRATADA, mediante nova vistoria realizada pela FISCALIZAÇÃO será realizado o Recebimento Definitivo.

O Recebimento Definitivo somente será efetivado pelo CONTRATANTE após a apresentação pela CONTRATADA da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

INSS, certificado de Recolhimento de FGTS e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato.

3. SERVIÇOS PRELIMINARES

A CONTRATADA deverá obedecer rigidamente e na íntegra todas as definições apresentadas nos projetos e memoriais fornecidos.

A CONTRATADA caso necessário, deverá interditar as ruas com barreiras para evitar tráfegos nas vias que serão beneficiadas. Deverão ser utilizadas telas para alertar os usuários e iluminação noturna, para evitarmos acidentes.

Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados.

3.1.PLACA DE OBRA

Enquanto durar a execução das obras, instalações e serviços, a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público serão obrigatórias.

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar placa indicativa de obra financiada pelo Governo Federal, respeitando rigorosamente as referências cromáticas, escritas, proporções, medidas e demais orientações convencionais.

A CONTRATADA deverá solicitar junto à FISCALIZAÇÃO o modelo da placa de obra referente ao serviço ou obra que será executada.

A placa deverá ser confeccionada e fixada em material resistente a intempéries.

A placa deverá ser fixada em local visível, preferencialmente no acesso principal ao empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização.

A CONTRATADA deverá seguir as seguintes legislações:



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

- Lei nº 5.194, de 24.12.66, que regula o exercício das profissões do Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo e dá outras providências;
- Resolução nº 250, de 16.12.77, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) que regula o tipo e uso de placas de identificação de exercício profissional em obras, instalações e serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados.

4. PINTURA DE LIGAÇÃO

Consiste na aplicação de ligante betuminoso sobre a superfície de base coesiva ou pavimento betuminoso anterior à execução de uma camada betuminosa qualquer, objetivando promover condições de aderência entre as camadas.

5. PAVIMENTAÇÃO

5.1. CARGAS, MANOBRAS E DESCARGAS DE MISTURA BETUMINOSA

Consiste no transporte em obra da mistura betuminosa, em caminhão basculante, incluindo as manobras e descarga da mistura na vibro-acabarora.

5.2. TRANSPORTE DE MASSA ASFÁLTICA

Será transportada da cidade de Patos de Minas de uma das usinas a distância de 32 km conforme DMT apresentado em projeto.

5.3. CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO EM C.B.U.Q

A distribuição do agregado é feita imediatamente após a aplicação da pintura de ligação, devendo cobrir uniformemente toda a superfície. O agregado deve ser



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

aplicado com distribuidor do tipo mecânico, obtendo-se, assim, uma distribuição uniforme. Na medida em que forem sendo observadas áreas com quantidades deficientes de agregado, deve ser feita a devida correção manual. Para o eventual excesso em alguma área também deve ser corrigido manualmente.

A espessura do concreto betuminoso acabado após a compressão da deverá ser de **3,0 cm**.

Iniciar-se pelas bordas e, em cada passada longitudinal “(ida e volta do rolo)” cobrindo pelo menos a metade da passada anterior.

A compressão deve ser feita em toda a área tratada com rolos compressores que apliquem uma carga entre 25 e 45 Kgf por centímetro de largura de roda. Quanto ao peso total do rolo compressor.

A compressão segue a regra geral: o rolo deve cobrir, em cada passada pelo menos a metade da largura coberta na passada anterior; a compressão deve começar com passada pela borda e, a partir daí, em faixas longitudinais, cada uma delas se deslocando para o centro da pista, repetindo-se o esquema oposto.

Os materiais betuminosos deverão ser aplicados em temperaturas que permitam a execução dentro das faixas de viscosidade “**SAYBOLT-FUROL**”.

O controle da execução deve seguir um roteiro preestabelecido com todo o rigor, pois o tipo de serviço não permite a execução de um ensaio de resistência, como as misturas usinadas. Assim, o controle deve limitar-se à temperatura, quantidade e uniformidade.

Não será permitida nenhuma tolerância em relação aos valores mínimos de quantidade de agregado. Os pesos específicos dos agregados são baseados na massa específica real das partículas - 2,65 g/cm³. Se a massa específica real das partículas ficarem fora do intervalo 2,65 +/- 0,05 deve-se fazer uma correção nos valores das quantidades específicas multiplicando-se a relação: $R = D / 2,65$

Sendo: D = Massa específica real do agregado.

Além disso, deve-se, pelo menos uma vez por dia, fazer um controle direto na pista. Esse controle é feito colocando-se de forma alternada, recipientes de peso e área conhecidos que recolhem os agregados descarregados pelos distribuidores.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

Pesando-se esses recipientes, pode-se determinar a quantidade de agregado colocada por metro quadrado.

Quanto ao material asfáltico, o controle é feito com medidores próprios existentes nos veículos aspergidores. Basta regular a vazão da bomba e a velocidade do veículo para se distribuir na pista a quantidade necessária por metro quadrado.

Esta camada será constituída de concreto betuminoso usinado a quente, com agregado atendendo a faixa C, da especificação DNER-ES-313/97, com espessura constante de 4.0 c depois da sua compressão e deverá ser estendida por toda a largura da plataforma

6. OBRAS COMPLEMENTARES DE PAVIMENTAÇÃO

6.1. SARJETA

As sarjetas serão executados em concreto FCK 15 MPA, em toda as vias a serem recapeadas, com utilização de máquinas apropriadas, com 30 cm de base por 8 cm de altura.

6.2.CALÇADAS

Execução de passeio (calçada) em concreto FCK 15 MPA, traço 1:3:5 (cimento /areia/brita), preparo mecânico, espessura 10cm, com junta de dilatação em madeira, que serão retiradas após a concretagem. Neste serviço estão inclusos lançamento, adensamento e preparo do terreno com aterro e nivelamento, cumprir rigorosamente as medidas de projeto.

7. SINALIZAÇÃO

7.1. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

Será executada sinalização horizontal de indicação de parada obrigatória, com tinta à base de resina acrílica, com durabilidade de 3,0 anos conforme detalhes do projeto.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO – MG

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP: 38750-000 – CNPJ: 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1233 – (34) 3811-0070 – www.po.mg.gov.br

7.2. SINALIZAÇÃO VERTICAL: PARE

Ao longo da pista será necessária a instalação de placas de sinalização de parada obrigatória octogonal, com suporte de aço galvanizado. Este serviço inclui a base de concreto não estrutural. Os locais de instalação estão indicados no projeto conforme detalhes.

7.3. SINALIZAÇÃO VERTICAL: NOME DAS RUAS

Serão instaladas no início e final das ruas, placas esmaltadas para identificação das mesmas, com 45cm de largura por 25cm de altura. Os locais de instalação estão indicados no projeto conforme detalhes.

8. ACESSIBILIDADE

Este serviço inclui a demolição da calçada para execução da rampa de concreto para travessia de portadores de necessidades especiais. A rampa terá espessura de 6cm, será executada sobre lona plástica, e contará com piso tátil alerta embutido no piso de concreto. Os locais de instalação das rampas estão detalhados no projeto, o qual atende à ABNT NBR 9050.

OBSERVAÇÕES:

Os equipamentos deverão ser limpos ou testados fora das proximidades de residências e de mananciais em local determinados pela seção de Meio-Ambiente.

Presidente Olegário – MG, 21 de maio de 2018.

Weslei de Souza Oliveira
Eng. Civil / CREA-MG 174.275/D
Prefeitura Municipal de Presidente Olegário



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2018

ANEXO XIV
MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA

TERMO DE RENÚNCIA

(Lei Federal nº 8.666/93, art.109, inciso I, alínea "a e b")

A empresa abaixo assinada, participante da licitação nº 96/2018, na modalidade TOMADA DE PREÇO sob nº 004/2018, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, RENUNCIANDO, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de propostas de preço dos proponentes habilitados.

Local, ____ de _____ de 2018.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE CREDENCIADO
NOME